

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



TRAJETÓRIAS NEGRAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Greysy Kelly Araujo de Souza. Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Educação. E-mail: greysy@ufam.edu.br

Thaís Azevedo Nunes. Universidade Federal do Amazonas. Bacharel em Serviço Social. Email: thaisazevedonunes16@gmail.com

Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ. Email: amabelemontavoni@gmail.com

Luiza Guimarães Oliveira. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Iniciação Científica UFRJ. Email: luizaguimaraesoliveira98@gmail.com

Lilian Angélica da Silva Souza. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. Email: l.souza@ess.ufrj.br

Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social. Email: v.saraiva@ess.ufrj

Monique Marisa da Silva Matias
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda em Serviço Social. Email: moniquematias@gmail.com

Daniel de Souza Campos. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Serviço Social. Email: d.campos@ess.ufrj.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



RESUMO

Esta mesa objetiva tratar das violências enfrentadas pela população negra atualmente e que tem no racismo um determinante comum, acirrador da desigualdade social, marca que acompanha a população negra. O ponto de partida da análise é o colonialismo e o escravismo, produtor e reprodutor do racismo, das violências e da desigualdade social. Privilegiamos a análise de três elementos importantes, os quais são negados a população negra: o acesso à educação, o direito de ser criança, adolescente e conviver em espaço familiar e o lugar das masculinidades negras na conjuntura sócio-histórica, mas como sujeitos e não como potenciais criminosos. Fica evidente que os corpos negros continuam a ser racializados, ou seja, sofrem com uma política de morte, de controle social, patologização, infantilização, desdobramentos do racismo. Mas essa análise somente é possível a partir do uso da categoria interseccionalidade, a qual nos permite problematizar mecanismos de enfrentamento e rompimento com o racismo no cotidiano. Tarefa necessária e urgente a ser realizada.

Palavras-chave: Serviço Social. Racismo. Interseccionalidade. População Negra.

ABSTRACT

This table aims to address the violence faced by the black population today and which has racism as a common determinant, which exacerbates social inequality, a mark that accompanies the black population. The starting point of the analysis is colonialism and slavery, producer and reproducer of racism, violence and social inequality. We privileged the analysis of three important elements, which are denied to the black population: access to education, the right to be a child, teenager and live in a family space and the place of black masculinities in the socio-historical context, but as subjects and not as potential criminals. It is evident that black bodies continue to be racialized, that is, they suffer from a policy of death, social control, pathologization, infantilization, consequences of racism. But this analysis is only possible based on the use of the intersectionality category, which allows us to problematize mechanisms for coping with and breaking up with racism in everyday life. Necessary and urgent task to be carried out.

Keywords: Social service. Racism. Intersectionality. Black Population.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

JUVENTUDE E EMPREGABILIDADE NO BAIXO AMAZONAS: EXPECTATIVAS DE FUTURO PROFISSIONAIS EM PARINTINS-AM

Thaís Azevedo Nunes¹
Greyssy Kelly Araujo de Souza²

RESUMO

A questão sobre “o que fazer quando crescer” continua sendo um dilema para os jovens. Em um cenário de crise econômica, o mundo do trabalho sofre grandes transformações que afetam os jovens, pelo seu alto grau de exigências e pela falta de oportunidades. Em Parintins-AM, o drama do desemprego vivido por estudantes e egressos do curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM, em maioria negros, indígenas e quilombolas, traz à tona a realidade incerta para os jovens na região do Baixo Amazonas. Portanto, este trabalho objetiva tratar sobre expectativas profissionais, compreendendo que o cenário atual de incertezas, desemprego, e sobretudo pelo desconhecimento e falta de políticas e programas de renda/trabalho, afetam diretamente as expectativas de futuro.

Palavras-chave: Expectativa de futuro; Juventude; Políticas Públicas; Trabalho.

ABSTRACT

The question of “what to do when you grow up” remains a dilemma for young people. In a scenario of economic crisis, the world of work undergoes major transformations that young people have survived, due to their high level of demands and lack of opportunities. In Parintins-AM, the drama of unemployment experienced by students and graduates of the ICSEZ/UFAM Social Work course, mostly black, indigenous and quilombola, brings to light an uncertain reality for young people in the Lower Amazon region. Therefore, this work aims to deal with professional

¹ Universidade Federal do Amazonas. Bacharel em Serviço Social.

² Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Educação (UFRJ). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

expectations, understanding that the current scenario of shocks, unemployment, and especially due to lack of knowledge and lack of income/work policies and programs, directly met expectations for the future.

Keywords: Expectation of the Future; Youth; Public Policy; Job Market.

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte do trabalho monográfico de Nunes (2022), intitulado “Juventude e acesso ao mercado de trabalho: a expectativa de futuro de estudantes e egressos do curso de serviço social do ICSEZ/UFAM”, defendido em 2022 no Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazona (UFAM). O estudo identificou como principal achado que os jovens parintinenses, prestes a se formar ou recém-formados em Serviço Social, possuíam alto interesse em se inserir no mercado de trabalho assim que concluísse o curso e que desejavam conseguir trabalhar na área de formação. No entanto, inúmeros eram os desafios para materializar tais expectativas, em especial pelas características do mercado de trabalho na cidade de Parintins – AM, região do Baixo Amazonas. Ao lançar o olhar sobre estudantes e recém-formados do curso de Serviço Social, formados pelo ICSEZ/UFAM, percebeu que vivenciavam no seu cotidiano uma angústia pela falta de trabalho na cidade natal, o que afetava diretamente suas perspectivas de futuro. Ou seja, se tratando de jovens de origem popular em que as questões financeiras são urgentes, não basta criar políticas afirmativas e inclusivas apenas para o acesso aos diplomas e certificações no ensino superior. Para jovens negros, indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas é preciso articular formas, mecanismos, políticas e programas na região com o intuito de apoiar, oportunizar e inserir estes jovens no mercado de trabalho após a sua formação.

Debater sobre juventude-trabalho é uma problemática necessária, tendo em vista que na contemporaneidade os jovens, em especial negros, indígenas e de origem popular, sofrem com a falta de oportunidades educacionais e profissionais, além dos preconceitos, medos e inseguranças para inserção no mercado de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho. Sobretudo no Brasil, é enfrentar um conjunto de fenômenos complexos próprios da ideia de uma formação social “harmônica” e situação igualitária do povo brasileiro, que ainda hoje constituem mitos a serem questionados e enfrentados. Esta que silencia as desigualdades de oportunidades presentes na vida dos jovens que compõem as minorias sociais e que vivenciam processos de exclusão nas suas múltiplas representações.

No Brasil que possui 53% de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas) de acordo a Pnad Contínua de 2020 (Brasil, 2020), a região Norte é a região brasileira que concentra a maioria dessas pessoas. O estado do Amazonas, possui 83% de pessoas negras, território este que é composto também por territórios indígenas e quilombolas. Segundo o IBGE em 2019, no Brasil existem 7.103 localidades indígenas e 5.972 localidades quilombolas no Brasil. A região norte é a que possui maior percentual de territórios indígenas (63%), concentrando 7 cidades com mais localidades indígenas do Brasil conforme a Agência de Notícias do IBGE.

Cabe destacar também que, se tratando de quilombolas, apenas no Censo atual iniciado em 2022 estas populações passaram a ser identificadas. De acordo ao IBGE (BRASIL, 2023) a projeção é que tenhamos no Brasil cerca de 6 mil localidades quilombolas, distribuídas em mais cidades do que os territórios indígenas. A região norte possui 873 territórios quilombolas atualmente, sendo o Pará o que se destaca com 516 dessas localidades.

Neste sentido, estudos recentes desenvolvidos por Souza (2020) indicam que as ações afirmativas voltadas especialmente para as populações pretas, pardas, indígenas e quilombolas, tiveram uma experiência positiva no Brasil com implicações importantes no novo perfil de jovens que passaram a ter a possibilidade de acessar e permanecer nas universidades públicas, podendo disputar oportunidades profissionais. Os jovens de origem das camadas populares passaram a ter condições educacionais de competir por espaços mais privilegiados, empregos de melhor e maior remuneração, assim colocando contra a parede as desigualdades de oportunidades e o racismo no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Para desenvolver esta reflexão, ao partirmos dos dados encontrados por Nunes (2022) sobre as expectativas de futuro dos estudantes e egressos em Parintins-AM e das reflexões teóricas realizadas por Souza (2020) sobre expectativas de futuro de jovens no Brasil, desenvolveremos nossa reflexão abordando: a) Juventude e Políticas Públicas; b) Empregabilidade em Parintins-Am e c) Expectativas de Futuro Profissionais dos Estudantes e Egressos de Serviço Social do ICSEZ/UFAM. Por fim, trazemos nas considerações finais, que ao conhecermos a realidade do mundo do trabalho em Parintins-AM é importante que sejam repensadas e fortalecidas as políticas públicas juvenis na cidade, em especial aquelas direcionadas para a promoção da inclusão produtiva. As expectativas profissionais são impactadas pelo contexto político, social e territorial além destes também fatores simbólicos como motivação compõem os elementos do cenário atual de incertezas. O desconhecimento e a falta de políticas e programas de renda/trabalho direcionadas aos jovens parintineses, afetam diretamente construção e materialização das expectativas de futuro e precisam de ações governamentais efetivas para a sua superação.

1. JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) define “juventude” como a faixa etária que compreende pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade. No entanto, sabemos que a experiência de ser jovem pode variar enormemente em todo o mundo, e que, muitas vezes, juventude é uma categoria fluida e mutável.

No Brasil, o entendimento a respeito dos jovens como sujeitos de direitos é recente, sendo já reconhecido não só por estudiosos, mas também pelo Estado, que passou a enxergar a necessidade de ações que busquem atender não só as demandas desse segmento, mas também as especificidades que se apresentam dentro grupo chamado juventude.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O conceito de juventude, associada a um processo de transição entre estágios ou referente a uma faixa etária, encontra-se cada vez mais desatualizada. Tradicionalmente considerada como o período de vida que se estende da infância ou da adolescência à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais do que uma mera etapa do desenvolvimento físico-psicológico. De acordo com Pais (1994) é efetivamente durante os anos 50 e 60, que o conceito de juventude emergiu como uma questão social, na medida em que os jovens se tornaram um problema, quer socialmente quer sociologicamente. Deste modo, a juventude é encarada como um “problema”, sendo definida como protagonista de uma crise de valores e, de igual modo, de um conflito de gerações relativamente aos comportamentos éticos e culturais. Essa perspectiva sobre a juventude perpetua até os dias de hoje, uma vez que os jovens ainda são vistos como sinônimo da violência e outros problemas para a sociedade.

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu (1980), o fato de se falar dos jovens como uma “unidade social”, um grupo dotado de “interesses comuns” e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são imbuídos como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, os jovens entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas que apresentam necessidades e interesses plurais de acordo com a sua realidade social, econômica, cultural, territorial e política. É necessário destacar que políticas públicas precisam ser reformuladas e pensadas de acordo com as particularidades deste grupo que é diversificado, de modo que consigam compreender a realidade diversificada das juventudes do país.

Primeiramente, é fundamental compreendermos o conceito de Política Pública. Para Rua (1998) possui uma definição sugestiva de políticas públicas. Diz a autora, “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

destinadas à resolução de problemas políticos” (p. 731). Assim sendo, a construção de políticas voltadas para o público juvenil é essencial para o enfrentamento de diversas vulnerabilidades existentes nessa parcela da sociedade.

Foi a partir dos anos 80 que as políticas para juventude passam a ser pensadas e problematizadas, isso porque a juventude teve grande participação nos debates políticos e movimentos estudantis no processo de redemocratização. Já de acordo a Novais (2019), é nos anos 2000 com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva que o jovem como sujeito de direito ganhou centralidade na arena política efetivamente. Conforme a autora, houve uma maior circulação sobre a necessidade de criação de políticas voltadas para este segmento e assim, “a partir desse perverso encontro entre as incertezas da atual condição juvenil no século XXI e as situações de exclusão vividas pelos jovens no Brasil, os problemas e as demandas da juventude foram tecendo entre nós um específico campo de políticas públicas”. (NOVAIS, 2019, p. 10)

O ano de 2005 foi um período importante para a juventude brasileira, que passou conquistar grandes espaços na agenda política. Nesse ano, passou a ser construída a Política Nacional de Juventude que foi sancionada através da Lei 11.129 de 30 de junho de 2005. A partir disso, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude, que tem como objetivo articular e supervisionar as ações e programas para a juventude. Neste mesmo período se constituiu o Conselho Nacional da Juventude (CONJUV) que tem papel importante na criação de diretrizes das políticas públicas para a juventude e de fomentar estudos acerca do tema. Outra criação importante de 2005 foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) que visou a inclusão de jovens de 18 a 24 anos que são excluídos da escola e do mercado de trabalho.

É importante destacar que no ano de 2008 foi realizada a 1ª Conferência Nacional da Juventude, que contou com uma ampla participação dos jovens brasileiros, reunindo diferentes frentes de organização do movimento juvenil. A Conferência foi um marco para a construção de políticas juvenis, uma das primeiras ações do governo federal gestão do presidente Lula no que diz respeito ao fato de se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pensar uma política de atendimento específico para a juventude, considerando as opiniões dos próprios jovens.

O jovem passa a ser reconhecido como sujeito de direitos que necessita de atendimento por parte do poder público, essa emenda fez a previsão do estabelecimento do Estatuto da Juventude, sendo a criação do mesmo muito importante para a consolidação da juventude como um segmento importantíssimo da sociedade. A partir desse contexto, somente em 2013 o Estatuto da Juventude foi sancionado pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto.

O Estatuto determina os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independentemente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Para a Lei jovens são as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade e dentre seus princípios está a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; promoção da vida segura, da solidariedade e não discriminação; reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; dentre outros. Por ser pautado no princípio de emancipação, o Estatuto da Juventude destaca a importância de elaboração de políticas públicas voltadas para a educação e o mundo do trabalho que são elementos imprescindíveis para a emancipação do jovem enquanto cidadão.

Em Parintins-AM, o debate acerca das políticas públicas relacionado a educação e renda/trabalho é ainda tímido e pouco difundido entre os jovens. Há poucos estudos que relacionem educação e emprego pensando o contexto de Parintins-AM. Apesar disso, “quanto à questão da juventude, o município pouco enfatizou o público juvenil e tem tratado historicamente esse público dentro da dimensão “família”, sem considerar as particularidades” (REIS, 2014, p.76).

Ao analisarmos o Plano Plurianual de ações da gestão do município de Parintins para o período 2022 a 2025, percebemos poucas ações voltadas para a juventude e trabalho, mesmo existindo uma Secretaria Municipal dedicada ao tema Juventude. Observa-se grande quantidade de projetos voltados para o esporte e lazer, porém para a inserção ao mercado de trabalho pouco se discute. O plano

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

apresenta diversas temáticas e suas respectivas ações, no eixo voltado a juventude as ações de lazer e atividades esportivas são muito presentes. A única ação encontrada sobre o tema trabalho está presente nas ações da política de Assistência Social, com o programa ACESSUAS trabalho. O programa realiza ações e cursos voltados para profissionalização e incentivo ao empreendedorismo, porém não é específico para a juventude.

Ao identificar esta particularidade das ações destinadas a juventude em Parintins-AM, conseguimos compreender melhor sobre o cenário da empregabilidade na cidade e das expectativas construídas sobre ela. Por este motivo, no subitem a seguir iremos debater melhor sobre os sentidos do mundo do trabalho no Baixo Amazonas,

2. EMPREGABILIDADE EM PARINTINS-AM

Parintins é uma ilha que fica localizada na região do Baixo Amazonas, norte do Brasil. Para acesso a Parintins é preciso chegar até a capital Manaus e acessar voos de 40 minutos a 1 hora ou barcos e lanchas, estas que podem durar até 24 horas de traslado. No estado do Amazonas, Parintins é a segunda cidade mais populosa com 116 439 habitantes (IBGE, 2021) e anualmente recebe milhares de visitantes para o Festival Cultural dos Bois Caprichoso e Garantido. Parintins é um município particularmente universitário já que aqui se instalaram ao topo 8 instituições educacionais, dentre as públicas se destacam a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O município se tornou um grande polo universitário no interior do Amazonas, recebe diversos jovens de outras regiões para cursar o ensino superior. E, apesar de anualmente formar uma grande massa de profissionais diplomados, Parintins-AM não consegue suprir as demandas de profissionais aptos ao mercado de trabalho e também tem deixado a desejar na criação de oportunidades por meio de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

políticas e programas de inserção produtiva. Diante esta realidade, muito jovens vivenciam alta rotatividade nos municípios vizinhos e também na capital Manaus-AM em busca do emprego.

Em relação a profissão de assistente social, objeto de pesquisa de Nunes (2022), observamos que é muito escasso e complexo o acesso ao emprego na cidade. Das áreas que mais empregam está a política de assistência social, no entanto o tipo de vínculo empregatício não garante estabilidade e boa remuneração uma vez que se trata de contratos temporários ou cargos de confiança na prefeitura. Sendo assim, percebe-se que em Parintins-AM há uma desvalorização da profissão de assistente social e valorização de outras áreas no mercado de trabalho voltadas administração, comércio e o festival cultural. Vale destacar que o Festival dos Bois Caprichoso e Garantido promove na cidade uma grande circulação de pessoas, o que faz surgir empregos temporários e subempregos, tais como ambulantes de artesanatos, vendedores de churrasquinho e tacacá, moto taxis e tricicleiros.

Sobre a categoria trabalho, é importante destacar que hoje representa um meio de desenvolvimento pessoal e uma forma de sobrevivência na sociedade capitalista. Sabemos que o trabalho na sociedade capitalista perdeu sua capacidade humanizadora e civilizatória. Conforme estudos realizados por Antunes (2000), o trabalho se tornou expressão de vida e da degradação da própria vida. Tomado pela lógica do capital o trabalho passa segundo o autor a ser concebido como criação e infelicidade social e servidão, em uma sociedade que respira a lógica mercadológica do sistema.

No entanto, vale recordar que Lukács (1979) analisa o trabalho como fundamento ontológico-social. Sendo aquele que permite o desenvolvimento de mediações que estabelece a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza. Assim sendo, de acordo a Netto (2012) o trabalho é, sempre, uma atividade realizada em conjunto, isto é, no coletivo. Os sujeitos nunca são isolados, mas sempre buscam se inserir num conjunto de outros indivíduos, sejam eles maiores ou menores. Tal característica coletiva do trabalho, é o que se dominará de Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por isso, pensar a categoria trabalho enquanto construção do ser social é refletir acerca da sua importância e implicação na qualidade de vida dos indivíduos, e coletivamente na vida deste sujeito na sociedade.

Sobre o mundo do trabalho no Brasil, segundo o IBGE, no 3º trimestre de 2020, auge da pandemia, o desemprego entre pessoas com idade de 18 a 24 anos chegou a 31,4%. Além disso, a pandemia trouxe uma queda de 84,9% na contratação de jovens aprendizes, destruindo o sonho de muitos que estavam prontos para entrar no mercado de trabalho. Falta de acesso à educação, estudos interrompidos, dificuldade de obter qualificação profissional, vagas reduzidas são alguns dos desafios que o jovem passou a enfrentar com a pandemia. Em 2021, com base nos dados do IBGE, o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ficou em 25,7% no 3º trimestre. Houve um recuo de 2,8 ponto percentual em relação a taxa de 28,5% registrados no trimestre anterior do mesmo ano e com 5 pontos percentuais se comparado ao mesmo período de 2020. Contudo, tais taxas continuavam em patamar muito elevado.

O fato é que o setor do trabalho no Brasil já vinha sentindo os resultados da crise econômica de 2015 que foi agravada pela pandemia da COVID-19. A crise e as reestruturações por ela provocada, afetam diretamente os jovens, uma vez que as empresas tendem a reduzir o número de empregados e conseqüentemente o número de vagas de emprego. Para quem está em busca do primeiro emprego, isso se torna um fator ainda mais problemático tendo em vista as exigências do mercado que recai sobre os jovens, promovendo sua exclusão no campo. De acordo com Corseuil et al (2020) essa mudança de atitude dos empresários afeta com mais amplitude a juventude, pois compreende-se que a experiência é fator primordial na qualificação. Tal exigência constroem barreiras para a entrada no mercado de trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho em Parintins-AM, de acordo a Viana e Nonato (2016) na cidade atuam 60 profissionais nas mais variadas instituições públicas e privadas. As autoras salientam que os vínculos de trabalho precarizados,

PROMOÇÃO



APOIO





a baixa remuneração e a sobrecarga de trabalho tem sido uma realidade presente na realidade desses profissionais. Descrevem que em Parintins-AM os vínculos de trabalho são temporários e movidos pelo o que elas chamam de “boa vontade” da administração pública em incorporar ou desligar profissionais dos quadros das instituições. Os dados expostos neste estudo, demonstra que 58% dos assistentes sociais possuem contratos temporários e 42% são estatutários.

Rolim (2018) ao pesquisar sobre a realidade de CRAS urbano e rural em Parintins, revela que não houve concursos para o CRAS e que a seleção dos profissionais se dá através de processos seletivos com contratos que duram ao máximo 2 anos. O que gera além da instabilidade de trabalho, a alta rotatividade de profissionais e a quebra de vínculos com as famílias. Assim, segundo a autora cada gestão municipal de Parintins troca completamente seus profissionais, interrompendo o trajeto de acompanhamento e atrapalhando a qualidade dos serviços ofertados através das políticas públicas no município.

Logo, não podemos deixar de mencionar que o trabalho informal e precarizado é uma realidade em Parintins-AM e a sua realização ocorre devido a inúmeros fatores, dentre eles a inexistência de políticas públicas de inclusão produtiva para a população. Diante do exposto, cabe refletirmos que a juventude parintinense tem sido impactada com a falta de oportunidades e escassez de vagas de emprego, o que complexifica a construção de suas expectativas conforme compreenderemos a seguir.

3. EXPECTATIVAS DE FUTURO PROFISSIONAIS DE ESTUDANTES E EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO ICSEZ/UFAM

Segundo Souza (2020), por expectativas de futuro entende-se uma atitude de espera com certo grau de esperança, que procura determinar onde se gostaria de chegar, o êxito que se gostaria de atingir. Para Simões (2008), as expectativas ou perspectivas de futuro são construídas a partir de uma capacidade racional, em especial a medida de esforço e empreendidos para obter as recompensas desejadas.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As perspectivas têm um caráter mais racional e necessitam de estratégias mais claras dos meios para alcançar os fins.

Pensar expectativas ou perspectivas de futuro está diretamente relacionado com a ideia de projeto de vida. O projeto tem como característica a antecipação do futuro de forma planejada, e traz de acordo a Schutz (1979) horizontes em aberto, que vão sendo preenchidos na medida em que vão acontecendo e se materializam, podendo também ser modificadas ao longo do processo. O produto final dessa antecipação pode conter mudanças em relação ao projeto inicial, afinal o projeto se constrói no tempo e lugar e o indivíduo também. Não há, portanto, uma expectativa, perspectiva ou projeto rígido.

Sobre isso, Souza (2020) aborda que, a juventude é uma fase distinta das outras por comportar um momento de indefinições. Nesta fase, segundo Raitz e Petters (2008) os sujeitos se deparam com diversos impasses ao buscarem seus direitos de estudar, trabalhar, realizar sonhos e projetos de futuro. No caso de jovens oriundos de camadas populares, questões como possibilidade de mobilidade social, a obtenção de emprego, o acesso a cargos mais elevados com maiores remunerações, além da formação na profissão desejada, são fatores determinantes na construção dessas expectativas.

Um aspecto importante é que a concepção de caminho profissional, ou vocacional, que vai além de decisões conscientes acerca de escolhas profissionais, trata-se de um processo que acompanha o indivíduo no seu desenvolvimento é a ideia de motivação. No caso do contexto de Parintins-AM, dada a realidade do mercado de trabalho escasso e permeado pelo subemprego, pode acarretar na ausência de motivação e expectativa dos jovens em relação a empregabilidade. A possível ausência desse aspecto simbólico de motivação, contribui para dificuldades na construção de expectativas de futuro.

Segundo Boutinet (2002), os projetos de futuro educacionais ou profissionais são permeados de tensão e possibilidades, pois trata-se de um importante processo pelo qual os sujeitos lidam com tarefas típicas das diferentes etapas de suas vidas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

antecipando desafios e possibilidades do que se espera atingir, delineando estratégias para agir diante a realidade a qual se insere. Acreditamos que ao ampliar os horizontes das expectativas de futuro profissionais perpassa pelo conhecimento sobre políticas públicas e pela criação e fortalecimento de ações governamentais em Parintins-AM.

A pesquisa realizada por Nunes (2022) contou com a participação de estudantes concluintes e egressos do curso de serviço social do ICSEZ/UFAM, com o objetivo de a partir das declarações dos interlocutores fosse possível conhecer a realidade das expectativas sobre o mercado de trabalho para o Serviço Social em Parintins-AM.

A pesquisa foi desenvolvida através da coleta de dados com o uso de questionário *survey* aplicados aos estudantes do 8º semestre concluintes do Curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM e para a turma de formados em 2022.1, egressos do mesmo Curso. Para a tabulação e análise dos dados realizou a técnica de análise descritiva no Excel. Foram seguidas todas as orientações éticas para o respeito do anonimato e sigilo em relação a identidade dos participantes. Dos 38 (trinta e oito) estudantes matriculados no 8º período do curso, participaram 34 (trinta e quatro). E em relação aos egressos, dos 16 (dezesesseis) recém-formados, foi participaram 14 (quatorze).

De modo geral, o perfil pessoal dos participantes da pesquisa é caracterizado por um público majoritariamente jovem, em que o sexo feminino é predominante. As participantes do sexo feminino entre os estudantes concluintes apresentam maior frequência, que corresponde ao percentual de 94,4% do total geral, enquanto do sexo masculino apenas 6%. No grupo das egressas, o sexo feminino também se destaca com maior frequência, com percentual de 93%, enquanto do sexo masculino apenas 7% do total geral (NUNES, 2022).

De acordo com a autodeclaração dos respondentes, a maior parte dos estudantes concluintes se declararam negros com o percentual de 86,1%. Os pretos possuíam o percentual de 8,3%, os pardos representaram 77, 8% do valor total, os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

brancos 11,1% e os estudantes indígenas apenas 2,8%. O perfil dos egressos é completamente negro, composto por pretos com 35,7% e pardos com 64,3% do total (NUNES, 2022).

Ainda sobre a perspectiva étnico-racial, na pergunta referente a ser quilombola ou indígena, Nunes (2022) identificou que 14% dos egressos declarou que pertence a uma comunidade quilombola 1 (um) respondente pertence a comunidade quilombola da Serrinha e 1 (um) pertence a comunidade quilombola de barreirinha.

O desenvolvimento e resultados da pesquisa de Nunes (2022) possibilitou identificar o perfil socioeconômico dos estudantes e egressos do curso de serviço social, no qual observa-se que ambos os grupos de estudantes e recém-formados em Parintins-AM são majoritariamente de origem popular, com renda familiar de até 1 salário-mínimo. As suas famílias, mães e pais, dos participantes da pesquisa de Nunes (2020) não possuem profissões consideradas elitizadas. As famílias são sustentadas com trabalhos artesanais típicos da região são: pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, donas de casa ou trabalhadores autônomos.

Sobre esta questão, Souza (2020) discute que o lugar social que o sujeito ocupa vai delimitar as suas escolhas e possibilidades de futuro. Romper com a barreira do desemprego e da pobreza é um desafio vivido por jovens das camadas populares, que são geralmente os primeiros a obterem um diploma universitário. O futuro para estes jovens está atrelado a chance de mobilidade social, o que ocasiona uma pressão maior sobre os mesmos para se tornarem “alguém na vida” e conquistar sua tão sonhada independência e estabilidade.

Sobre a condição empregatícia, a maioria dos estudantes e egressos estão desempregados, sendo que parte significativa dos estudantes recebem bolsa da assistência estudantil do ICSEZ/UFAM. Em relação aos egressos apenas 1 (um) encontrava-se trabalhando na área de formação em Serviço Social, em uma Organização Não-Governamental com contrato temporário, no período da pesquisa de campo. Cenário muito parecido com o que é debatido por Reis (2014) e Rolim

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(2018) quando comentam que os trabalhos precarizados estão presentes na região do Baixo Amazonas, de forma que a alternativa para a juventude é se inserir em trabalhos precarizados.

Sobre o objetivo de conhecer as expectativas de futuro dos jovens universitários em relação sua inserção no mundo do trabalho, a pesquisa de Nunes (2022) identificou que tanto egressos quando estudantes possuem a grande expectativa de estarem concursados na área de formação em Serviço Social no prazo de até 5 anos após a conclusão do curso. Durante toda formação acadêmica surgem inquietações e questionamentos sobre os próximos passos após a conclusão do curso, mas acentua-se para aqueles que estão prestes a se formar ou estão recém-formados. Por conta do encerramento de mais um ciclo, o jovem é chamado a pensar sobre os caminhos que irá percorrer para alcançar suas metas. Conforme debate Viana e Nonato (2016), o sistema capitalista cada vez mais busca mão de obra barata, desprotegida e que atenda aos seus interesses. E para recém-formados, ceder e aceitar condições precarizadas para estar inserido no mercado de trabalho é um cenário tentador.

De acordo com os dados declarados, os estudantes desejam uma empregabilidade imediata, assim que se formarem. Apesar disso, declararam que teriam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em Serviço social na cidade de Parintins-Am. Por este motivo, revelaram que havia o desejo de deslocar para outras cidades do estado do Amazonas em busca de melhores oportunidades de vida. Sobre esta questão os egressos revelaram que encontraram inúmeras dificuldades no acesso ao de trabalho ao terminarem o seu curso em Parintins-AM. Uma das questões mais apontadas foi que “para conseguir um emprego seria necessária uma indicação”, questão que também aparece em Viana e Nonato (2016). Infelizmente, de acordo as declarações os egressos de 2020.1 estes não possuíam vínculos que os ajudassem a se inserir no mundo do trabalho em Parintins-AM.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Outro ponto recorrente nas falas dos jovens participantes da pesquisa foi a inexistência de concursos públicos em Parintins-AM para o Serviço Social, fator este que colabora também para o desejo de mudar de cidade. O estudo de Rolim (2016), comenta sobre o retrato dos profissionais no âmbito da Política de Assistência que, por causa da ausência de concursos ficam impossibilitados de responder as demandas de todos os territórios que precisa atender sem poder contar com uma equipe maior e especializada.

Os dados levantados por Nunes (2022) ainda possibilitam uma reflexão sobre o conhecimento das políticas públicas para a juventude voltadas para a questão de renda/trabalho por parte dos jovens parintinenses. De acordo aos dados, estudantes e egressos de modo geral desconhecem a existência dessas políticas na cidade ou no país. Poucos são os que citam o Programa Jovem Aprendiz, mesmo existindo uma parceria entre a prefeitura e o SENAC, onde o programa é realizado. Também foi observado que em Parintins-AM não existe um Conselho Municipal de Juventude. A análise das políticas na cidade, em especial do Plano Plurianual, deu conta de observarmos que a Secretaria Municipal de Juventude se dedica apenas ações voltadas as áreas de esporte, cultura e lazer, deixando de fora o tema da educação e inclusão produtiva dos jovens Parintinenses.

Esta inquietação demonstra o quanto a juventude universitária enfrenta desafios para construir expectativas profissionais diante do contexto atual de incertezas vivenciadas, mas ainda assim que seguem esperançosos na concretização de estabilidade e melhores condições de vida. Os sentimentos de tristezas e desânimos perante a realidade torna-se uma inquietação apresentada, pois a grande parte dos estudantes e egressos são

4. CONCLUSÃO

A importância de trazer para o debate elementos como as políticas públicas de juventude, o atual cenário da empregabilidade e as expectativas de futuro nos mostra

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como a construção de expectativas profissionais de egressos e recém-formados é complexa. E mais ainda, como é fundamental refletirmos acerca das inquietações e angústias que afligem esse público.

Os dados da pesquisa desenvolvida por Nunes (2022) evidenciaram o quanto se faz necessário um olhar crítico para a criação de oportunidades para a juventude universitária no Brasil, e em Parintins - AM. Abordar a temática juventude e trabalho é uma tarefa complexa, porém importantíssima para ampliar o debate acerca do papel transformador que o trabalho possui na vida do público juvenil de origem popular. Como sabemos, a categoria trabalho é fundante do ser social, é a partir dele que o homem se diferencia dos outros seres.

O resultado deste estudo nos revela o quanto o cenário atual de incertezas, o desconhecimento e a inexistência de políticas e programas de renda e trabalho afetam diretamente a expectativa de futuro profissional dos estudantes e dos profissionais recém-formados em Parintins-AM. Ao comparamos os dados, percebemos que ambos os pesquisados sonham em trabalhar na área de formação. Porém, a realidade é diferente e complexa, os egressos vivem no seu cotidiano com a angústia da falta de trabalho na cidade, o que afeta diretamente sua perspectiva de futuro.

Dessa forma, finalizamos este trabalho com o desejo do maior aprofundamento e reflexão sobre o acesso da juventude universitária e dos profissionais recém-formados ao mercado de trabalho. Que tal temática seja alvo de debates e reflexões, além de ser vista como pauta urgente dentro das políticas públicas na cidade de Parintins e no Estado do Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2000.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BOUTINET, J-P. Antropologia do projeto. 5.ed. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 318.

BRASIL, 2021. Lei N:795/2021 – PGMP. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Período de 2022 a 2025. Prefeitura Municipal de Parintins. Parintins-Am, 2021.
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia; **Síntese de indicadores sociais**. IBGE, 2020/2021

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FRANCA, Maíra Albuquerque Penna. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempo de crise. 2020.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma Introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8.ed.- São Paulo: Cortez, 2012. – (biblioteca básica de serviço social; v.1)

NOVAES, Regina. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. **Juventude e educação: identidades e direitos**. São Paulo: Flacso, p. 7-18,2019.

NUNES, Thais Azevedo Nunes. Juventude E Acesso Ao Mercado De Trabalho: A Expectativa De Futuro De Estudantes E Egressos Do Curso De Serviço Social Do Icesz/Ufam. Monografia,94 P. Css. Icesz/Ufam.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

PAIS, José Machado (Coord.) (1994). **Práticas Culturais dos Lisboaetas**: Resultados do inquérito em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

_____ (2003). Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PARRA, Jorge Barrientos. **O Estatuto da Juventude. Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens**. Brasília, 2004.

RAITZ, Tânia Regina; PETERS, Luciane Carmem Figueredo. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 408- 416, 2008.

ROLIM, dayana cury. O trabalho profissional dos assistentes sociais em uma realidade amazônica: atuação nos CRAS da área urbana e rural. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.Souza (2020),

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



RUA, Maria das Graças. Política pública e políticas públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. RUA, Maria G.; CARVALHO, Maria IV O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo, v. 15, 1998.

SCHUTZ, A. Saggi sociologic Torino: **Utet**, 1979.

SIMÕES, A. J. (2008). Motivações e Expectativas Profissionais dos Estudantes de Enfermagem – estudo numa escola da área de Lisboa. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.

SOUZA, Greysy Kelly Araujo de. Caminhos para o Ensino Superior: Expectativas de Estudantes do Ensino Médio em Escolas Públicas na Bahia e Rio de Janeiro / Greysy Kelly Araujo de Souza.- (Tese de Doutorado) - Rio de Janeiro, UFRJ. 2020. 248 f.

VIANA, Beatriz Borges; DE LEÃO, Alice Alves Menezes Ponce. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre as condições de trabalho do assistente social em Parintins/Am e as implicações sobre a subjetividade do profissional e o direcionamento de suas ações. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 8, n. 14, p. 365-367, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA PANDEMIA DA COVID-19 E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO EDUCACIONAL³

Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira⁴

Luiza Guimarães Oliveira⁵

Lilian Angélica da Silva Souza⁶

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evasão e o abandono escolar durante a pandemia da Covid-19 e refletir sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação, em especial, a partir da aprovação da Lei nº 13.935/2019. Partimos do pressuposto da educação como direito constitucional e como campo de luta. A pesquisa tem caráter qualitativo, é classificada como exploratória e, no seu percurso metodológico, utiliza-se da metodologia de revisão bibliográfica. Conclui-se que o contexto pandêmico exponenciou os índices de evasão e de abandono escolar, que podem ser mitigados com o trabalho de assistentes sociais, sob a perspectiva de educação integral, onde a ampliação do acesso e a permanência estudantil no ambiente educacional sejam garantidos.

Palavras-chave: Evasão e abandono escolar. Pandemia. Assistentes Sociais na Educação.

ABSTRACT

The present work aims to analyze evasion and school dropout during the Covid-19 pandemic and reflect on the work of social workers in Education Policy, in particular, since the approval of Law nº 13.935/2019. We start from the assumption of education as a constitutional right and as a field of struggle. The research has a qualitative character, is classified as exploratory and, in its methodological course, it uses the bibliographic review methodology. It is concluded that the pandemic context has increased dropout and school dropout rates, which can be mitigated with the work of social workers, from the perspective of integral education, where the

³ Trabalho produzido como parte das pesquisas de iniciação científica subsidiadas pela FAPERJ e pela UFRJ, e desenvolvidas pela Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (REPENSSE), da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ.

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda em Serviço Social pela UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ. amabelemontavoni@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda em Serviço Social pela UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica UFRJ. luizaguimaraesoliveira98@gmail.com.

⁶ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. l.souza@ess.ufrj.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

expansion of access and student permanence in the educational environment are guaranteed.

Keywords: Dropping out of school. Pandemic. Social Workers in education.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, em decorrência da proliferação em massa do Coronavírus, desencadeou uma crise que foi além de questões sanitárias. O colapso da rede pública de saúde e a precarização de equipamentos urbanos básicos no Brasil foram apenas a ponta do *iceberg* da decadência econômica, política e social neste período, que impactou o sistema educacional, como fruto das desigualdades sociais seculares na formação sócio-histórica brasileira, na sociabilidade capitalista, que forja a produção e reprodução das expressões da chamada “questão social”.

Com a determinação do Ministério da Educação (MEC) de substituição das aulas presenciais por aulas remotas, devido ao alto índice de infecção da doença, problemas que eram recorrentes no ensino público brasileiro foram ainda mais evidenciados, tanto em razão de aspectos estruturais e gerenciais das escolas quanto por fatores ligados ao cenário político, econômico e social brasileiro, aprofundando as manifestações da “questão social” na educação pública no país.

A Política de Educação no Brasil é perpassada por questões multifatoriais, já que ela é reflexo da sociedade de classes. Durante o cenário pandêmico, vimos a agudização de questões como a violência (em suas múltiplas formas), a insegurança alimentar, a dificuldade no acesso à internet e à materiais pedagógicos para as aulas remotas, o desemprego, o racismo, o sexismo, entre outros, que refletiram no processo de ensino-aprendizagem, bem como no acesso e na permanência de estudantes no ambiente de ensino, repercutindo na evasão e no abandono escolar.

Dessa forma, este trabalho objetiva analisar os fenômenos da evasão e do abandono escolar durante a pandemia da Covid-19, e o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação, sobretudo, com a aprovação da Lei nº 13.935/2019. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



perspectiva materialista histórico-dialética, cuja metodologia adotada é a revisão bibliográfica.

2. EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA PANDEMIA: EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Partimos da noção de distinção entre evasão e abandono escolar. Enquanto que na primeira, o educando, aprovado ou não no ano letivo, não efetua a matrícula no ano seguinte; no abandono, ele deixa de frequentar as aulas ou não conclui o ano letivo, mas volta a se matricular.

A evasão e o abandono escolar são pautas históricas no sistema educacional no Brasil, que obstaculizam as possibilidades de ascensão social de estudantes e trabalhadores brasileiros. A escola possui um papel fundamental na formação dos sujeitos sociais, favorecendo uma visão de mundo e o acesso a oportunidades que possam transformar a sua realidade social, além de possibilitar a criação de vínculos interpessoais e de habilidades socioemocionais, cognitivas e motoras. A interrupção deste processo pode produzir gerações de crianças, jovens e adultos em condições precárias de vida e de trabalho.

Neste sentido, tanto a evasão quanto o abandono escolar refletem óbices sociais presentes no âmbito da sociedade, donde a negação e violação de direitos são exemplares. São estudantes pobres, periféricos e, em sua maioria, negros que encontram maiores dificuldades na garantia dos direitos sociais, que junto com a educação, representam a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Tais dificuldades concorrem para que muitos venham a abandonar seus estudos para ajudar financeiramente dentro de casa, a fim de assegurar condições mínimas de sobrevivência para eles e seus familiares (CLEMENTINO, 2022).

Também a ausência e/ou restrição de políticas de permanência estudantis dentro dos ambientes educacionais contribuem para este quadro, pois a incerteza e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a insuficiência de renda favorecem a entrada precoce de jovens ao mercado de trabalho, muitas vezes, informal. Outros fatores como a baixa oferta de vagas para jovens aprendizes ou estágio remunerado, a incompatibilidade de horários, os meios de transporte urbanos, entre outros, podem ser atenuantes.

Estas questões somadas à falta de uma infraestrutura escolar que ofereça espaços de convivência e lazer aos estudantes, assim como estimule o interesse de atividades extraclasse, a exemplo do ensino em laboratórios e uso de ferramentas eletrônicas interativas, pode cooperar para que estudantes se sintam desmotivados e pensem em desistir dos estudos.

O *bullying* é outro agravante presente há anos dentro das escolas brasileiras. Ele afeta não apenas o desenvolvimento escolar da vítima, mas também a sua saúde mental, prejudicando as chances de interação interpessoal e socioemocional. Este problema anda lado a lado com os casos de violência e de doenças psíquicas, como as crises de ansiedade e depressão, que parecem ter aumentado durante o período pandêmico.

Não podemos deixar de considerar, ainda, aspectos políticos, ideológicos e culturais que dão forma à política educacional no Brasil, e se põem como entraves para uma educação emancipatória. A fragilidade das práticas pedagógicas inclusivas nas escolas públicas, que respeitem e tragam reflexões acerca das peculiaridades de diferentes grupos sociais também pode ser determinante para a infrequência e/ou desistência escolar. A falta de acessibilidade para pessoas com deficiência restringe o desenvolvimento da autonomia destes sujeitos, expelindo-os de diversos espaços.

No plano político-ideológico, a resistência das autoridades governamentais e de parte da sociedade brasileira para a oferta de educação sexual nas escolas, expõe as raízes históricas no Brasil, fundamentadas no patriarcado e em padrões heteronormativos. Isso impacta na impossibilidade de promover o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, do assédio sexual, da maternidade e paternidade precoces nas escolas. Afeta de modo ainda mais violento as pessoas LGBTQIAPN+,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que são atravessadas pela discriminação, insegurança e desrespeito no ambiente escolar.

O racismo também é um fator decisivo nesta seara, uma vez que “o mesmo que produz as desigualdades sociais produz também as desigualdades raciais” (FONTES *et al*, 2021, p. 5). Se a evasão e o abandono são forjados por inúmeras desigualdades, como expressões da “questão social” presentes na nossa sociedade, o racismo - fruto da formação sócio-histórica brasileira, marcada pelo passado colonial e escravagista, imputa aos estudantes negros maior risco de evadirem do chão da escola ou abandonarem seus estudos, já que eles são mais propensos a terem seus direitos violados, o que reflete um traço do tecido social engendrado com base em preceitos formulados pela branquitude.

Portanto, as questões que incidem sobre a evasão e o abandono escolar no Brasil são estruturais porque manifestam uma série de elementos que integram a memória das instituições e as reformas (ou contrarreformas) no âmbito do Estado, diante das iniquidades sociais. O que a pandemia da Covid-19 fez foi ampliar as lentes para tais infortúnios, que sustentam a sociabilidade do capital e posicionam a educação no lugar de mercadoria.

Se no cenário de crise capitalista a taxa de evasão escolar na faixa de cinco a nove anos era de 1,41% nos últimos trimestres de 2019, com a pandemia este percentual aumenta para 5,51% no mesmo período em 2020. Já no terceiro trimestre de 2021, esta taxa pode ser considerada cerca de 128% mais alta que aquela observada no mesmo trimestre de 2019, e vem se tornando ainda maior em 2022. Dentre o público mais afetado estão estudantes pobres, residentes em lugares distanciados dos grandes centros, inseridos nas redes públicas de ensino e beneficiários do Programa Bolsa-Família (NERI; OSÓRIO, 2022).

3. O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho de assistentes sociais em qualquer espaço sócio-ocupacional tem no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), o compasso para uma intervenção crítica e propositiva. Estes profissionais atuam em diversas esferas da dinâmica social, tendo como objeto de intervenção as manifestações da “questão social”, que são produzidas e reproduzidas na teia destrutiva do capital e desafiam a formulação de um trabalho nos marcos do projeto ético-político do Serviço Social.

A educação, enquanto uma das dimensões da vida social, também constitui a identidade e a subjetividade dos sujeitos. “Isso, principalmente, quando se considera o papel estratégico que a educação ocupa na formação de uma consciência crítica, possibilitando a luta pela emancipação dos sujeitos e de sua participação na busca de uma sociedade igualitária e de sua superação” (MACHADO e SOUZA, 2022, p. 477). Ela ultrapassa os muros das instituições porque, em uma concepção libertária (FREIRE, 1977), educação significa a:

[...] apropriação de cultura, de tudo aquilo que o ser humano criou e cria para além da natureza. As comunidades, as sociedades, os Estados, as línguas, as linguagens, os valores, as religiões, as artes, as ciências, os esportes, a democracia e todas as outras formas de deliberação e de organização da administração pública e do poder (CARA, 2019, p. 25).

No entanto, a política educacional brasileira é marcada pelas contradições, lutas e projetos que estão em constante disputa. Aliás, uma das funções principais da educação tradicional na atualidade é a produção de consenso. Ela se materializa como uma estratégia de intervenção do Estado para assegurar a sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em direção aos processos de formação (CFESS, 2013).

A relação entre o Serviço Social e o campo da educação no Brasil, remonta a própria origem da profissão, quando assistentes sociais são convocados a intervir pautados nos propósitos de enquadramento e doutrinação da classe trabalhadora, atendendo as condições de reprodução e manutenção do capital. Entretanto, é a partir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da década de 1990 que se observa a maior atenção para esta relação, tanto no que se refere ao aumento de produções teóricas, quanto na inserção profissional alinhada aos princípios contidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993). Um desses princípios fundamentais diz respeito à ampliação e consolidação da cidadania e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Nestes termos, importa afirmar que

A qualidade da educação, aqui referida, ao mesmo tempo em que envolve uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana (CFESS, 2013, p. 44).

A luta pela educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada, presencial e de qualidade, consubstancia, portanto, o compromisso assumido pela categoria de assistentes sociais com a classe trabalhadora. Logo, a Política de Educação no Brasil constitui-se como um legítimo espaço laboral de profissionais de Serviço Social, que requer o exame de suas particularidades. Sobre o assunto,

O ambiente escolar é uma extensão da vida cotidiana e se torna um ambiente favorável para que quem aprende ensine, e quem ensina, aprenda. Compreendemos, que a escola é formada por um conjunto de agentes, gestores, coordenadores, professores, estudantes, famílias e comunidades, estando dentro de um contingente de vida territorialmente cheio de significados. A escola é um ambiente de trocas que vão se aprofundando para além das matrizes e bases curriculares (FONTES *et al*, 2022, p. 5).

Entretanto, estamos falando de um espaço sócio-ocupacional que não se restringe às escolas municipais e estaduais. Ele contempla também as creches, os centros de atendimento e apoio pedagógico ao educando, os centros de pesquisa na educação, as universidades, os institutos federais, as secretarias estaduais e municipais de educação, o Ministério da Educação, entre outros.

PROMOÇÃO



APOIO





Assistentes sociais se colocam como parte da comunidade educacional, e na educação básica, sua inserção tem merecido destaque nos últimos anos. Fruto de um projeto de lei que tramitou por quase duas décadas na Câmara Federal e no Senado, uma conquista no campo foi a aprovação da Lei nº. 19.935/2019, que prevê que “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (BRASIL, 2019). Ela significa um marco histórico na área; um pleito de longos anos que vinha sendo duramente ameaçado.⁷

Em uma conjuntura de retrocessos, desmontes e cortes em todas as áreas das políticas sociais, a aprovação dessa lei representa uma importante vitória para a política pública de educação, considerada a realidade concreta da comunidade escolar e a possibilidade das equipes multiprofissionais serem inseridas nas redes de ensino de educação básica e, assim, poderem contribuir para o atendimento integral e de qualidade no processo ensino-aprendizagem (CFP, 2021, p. 17).

O documento “Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019 – versão 2021”, elaborado pelo conjunto Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) com entidades de ambas as categorias, sugere como possibilidades de atuação na educação básica:

Dentre outras atribuições, o assistente social nas redes de educação básica possibilita:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
3. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente,

⁷ No dia 09 de outubro de 2019, o Projeto de Lei nº 3688/2000 foi vetado pela Presidência da República, tendo em vista a postura do Poder Executivo contra a proposta. Entretanto, em 27 de novembro de 2019, o Veto nº 37/2019 foi rejeitado pelo Congresso Nacional (CFP, 2021).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

- contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
4. Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
 5. Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
 6. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
 7. Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
 8. Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino--aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
 9. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
 10. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
 11. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
 12. Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;
 13. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
 14. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;
 15. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
 16. Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;
 17. Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
 18. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
 19. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.

Parágrafo único. A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFP, 2021, p. 37-38).

Diante disso, nossa compreensão é de que “é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional” (CFESS, 2013, p. 36). Por isso, refutamos as noções pré-concebidas de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que tal atuação vise mitigar conflitos familiares, ou se restrinja à concessão de benefícios socioassistenciais pautados em atendimentos individualizantes e pontuais aos atores que compõem o universo da escola. Ao contrário, a partir de uma perspectiva totalizante da realidade, o/a profissional de Serviço Social contribui no processo ensino-aprendizagem em toda a complexidade da educação, seja no cotidiano dos processos de trabalho, seja na elaboração e gestão das políticas públicas na área.

Ademais, consideramos a existência de uma tríade basilar que deve integrar o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação: a intersetorialidade, a interdisciplinaridade e a interculturalidade. São elementos que possuem centralidade no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, onde cada um dos diferentes atores sociais que se inserem na arena da educação, tais como gestores, professores, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, contribuem de modo particular. Isso se torna ainda mais evidente em momentos de contingências sociais como aquela provocada pela pandemia, cujos impactos sobre a educação pública podem ser vistos a longo prazo.

Ante ao exposto, sem perder de vista a racionalidade gerencial presente no sistema educativo brasileiro, que, sob o caráter mercantil, configura o ensino para o desenvolvimento de mão-de-obra para o mercado, reafirmamos a relevância de se conhecer e fortalecer o trabalho de assistentes sociais na arena da educação. Em razão de sua formação contemplar uma multiplicidade de saberes que lhe atribuem competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa, profissionais de Serviço Social podem atuar como agentes de mediação entre indivíduos, o Estado e os interesses educacionais coletivos, acenando para um outro horizonte de sociedade, onde o acesso e a permanência no ambiente escolar sejam garantidos.

No plano interventivo, ao congregar as dimensões investigativa, pedagógica e propositiva da profissão, pressupomos que, durante o período pandêmico, com o alargamento dos índices de vulnerabilidade social e de sucateamento dos serviços públicos, assistentes sociais atuantes nos espaços sócio-ocupacionais da educação,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tiveram que mobilizar um conjunto de recursos visando a construção de estratégias que pudessem assegurar as condições mínimas de qualidade para a formação de estudantes brasileiros, o que revela a importância do seu trabalho nestes ambientes (FÉRRIZ e MARTINS, 2021).

4. CONCLUSÃO

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado. Todavia, apesar de constitucionalmente ser um direito universal, com a pandemia, ele se mostrou um direito particularista de uma classe específica que exclui, principalmente, a classe trabalhadora preta, pobre e periférica. O governo federal não elencou a educação dentre as áreas estratégicas no enfrentamento à pandemia, e o resultado foi a acentuação das desigualdades sociais que são fruto das tensões existentes entre as classes presentes na nossa sociedade, que possuem interesses antagônicos (BELLO, 2021).

O processo de sucateamento do sistema educacional brasileiro é de longa data. Acompanha as reformas gerenciais desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e tem no governo de Michel Temer um dos mais duros golpes: a Emenda Constitucional nº 95/16, conhecida como a lei do “Teto de Gastos”, que acabou por limitar os investimentos na área social por 20 anos, alegando ser uma limitação necessária em prol do controle da dívida pública.

Com a pandemia da Covid-19 vulnerabilidades sociais históricas no Brasil foram escancaradas. A emergência sanitária expôs como indivíduos e famílias são negligenciados e destituídos de seus direitos básicos. Revelou a profundidade do abismo entre ricos e pobres no país, que foi alvo de várias tentativas de disfarce por meio de discursos de meritocracia.

Assim, a agudização das expressões da “questão social” também agravou as desigualdades no acesso e permanência de estudantes no âmbito educacional. Isso porque a continuidade da formação escolarizada destes sujeitos é condicionada a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

fatores estruturais da formação sócio-histórica de um país, cujos traços coloniais, escravagista, patriarcal e de capitalismo dependente, repercutem no desemprego, na fome, no racismo e em diferentes outras formas de opressão e exploração.

Nesse escopo, o cenário pandêmico contribuiu para acentuar os índices de evasão e de abandono escolar nas escolas públicas, cuja redução requer que outros tipos de violação de direitos sejam evitados, a exemplo do trabalho infanto-juvenil, da violência física e psicológica, dentre tantas outras complexidades vivenciadas por estudantes e trabalhadores brasileiros.

Fora do ambiente escolar, estes estudantes podem ter perdas significativas não apenas no processo ensino-aprendizagem, mas no desenvolvimento cognitivo e socioemocional, além de dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, o que os insere em um processo de exclusão social que pode se retroalimentar por gerações, acentuando os abismos de classes. E essas diferenças no acesso à educação é algo fundamental para a dinâmica capitalista visto que, dessa forma, o sistema é capaz de explorar ainda mais esta mão de obra já precarizada, que é, sobretudo, pretos, pobres e periféricos (FONTES *et al*, 2021; BELLO, 2021).

Portanto, ao associar os interesses capitalistas que constituem a educação no Brasil, a exemplo da ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial na política educacional brasileira, com os danos gerados pela contingência sanitária da Covid-19, assistiu-se, entre os anos 2020 a 2022, a uma série de fatores que agravaram as desigualdades socioeducacionais no país e desafiaram a intervenção de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

Contudo, considerando a histórica vinculação entre Serviço Social e educação no Brasil, temos como pressuposto uma luta por uma formação educacional pública de qualidade, antirracista, antimachista, anticapacitista e popular, que reconheça e consolide o exercício profissional de assistentes sociais no âmbito da educação para além dos muros do ambiente escolar, apesar de ter nele um espaço privilegiado de objetivação.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A escola é território político, protagonizado por atores políticos que nascem como sujeitos políticos e agem mediados por escolhas politicamente determinadas. Neste lugar, o caráter ético, teórico e operativo do trabalho de assistentes sociais, favorece com que contribuam para a defesa da educação como política pública, que não pode operar de modo dissociado das demais políticas sociais. Uma contribuição que ultrapassa as ações pontuais, de conscientização de direitos ou de concessão de benefícios porque compreende a integralidade da formação educacional pública e os determinantes sociais que incidem sobre a permanência de estudantes nas escolas.

REFERÊNCIAS

BELLO, Andrea. Educação Pública em meio à pandemia da Covid 19. **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Evento Virtual, v. 10, n. 10, p. 1-15, jun./2023. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_857_8576127e04447a32.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

CARA, Daniel. **Contra a barbárie, o direito à educação**. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, p. 25-34, 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Resolução CFESS nº. 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993. Acesso em: 5 jun. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série 3. 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº**

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

13.935, de 2019/Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.

CLEMENTINO, Milca Oliveira. Evasão e abandono escolar como expressão da “questão social”: acirramento no contexto da pandemia da Covid-19. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina.** Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001286.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COSTA, Luana Marcia Barros Costa; LEITE, Cecilia Bezerra; SILVA; Maria Hilda Dino; LIMA, Vanessa Lira. A era digital na educação e as implicações para a subjetivação: desafios para a assistência social no século XXI. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina.** Outubro de 2022. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000211.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Balanço da produção sobre Serviço Social na política de educação brasileira. **SER Social. Alimentação, Abastecimento e Crise**, v.23, n.48, p. 234-254, janeiro a julho de 2021. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/29123/28794. Acesso em: 09 jun. 2023.

FONTES, Camila Costa.; ALMEIDA, Daniel Oliveira.; RODRIGUES, Kimberly Mayana Serejo.; SODRÉ, Stefany Pereira. Questão social, questão racial e aprofundamento das desigualdades sociais em tempos de pandemia de Covid-19. **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Evento Virtual, v. 10, n. 10, p. 1-12, jun./2023. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_1322_1322612eca965edc9.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Aline Maria Batista; SOUZA, Ranyellen Félix. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social. **SER Social. Pandemia de Covid-19 e políticas públicas**, v.25, n.51, p. 464-489, julho a dezembro de 2022. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37630/34008. Acesso em: 09 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



NERI, Marcelo Côrtes.; OSORIO, Manuel Camillo. **Retorno para escola, jornada e pandemia.** Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em:

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O RACISMO INSTITUCIONAL

Vanessa Cristina dos Santos Saraiva⁸

Monique Marisa da Silva Matias⁹

Resumo: Este artigo busca analisar os impactos gerados pela ofensiva capitalista racista sobre a política protetiva direcionada à criança e ao adolescente no Brasil. Nossa hipótese é que os direitos pautados a partir da Doutrina da Proteção Integral, estão comprometidos efetivamente, pois nos marcos do capitalismo, a autopreservação do sistema, a busca por altas taxas de lucratividade, a expropriação de direitos e o racismo cotidiano são uma lei natural. Adotamos como metodologia a revisão bibliográfica e de dados disponíveis em sites oficiais. Evidenciamos que o não rompimento com a prática de violação de direitos, a manutenção de uma taxa crescente e permanente de crianças e adolescentes em abrigo institucional, a responsabilização e culpabilização das famílias pelo pauperismo, a oferta de políticas sociais minimalistas, a permanência dessas crianças em espaços institucionais apesar da Doutrina da Proteção Integral e do Estatuto da Criança e do Adolescente estarem em plena vigência, são constantes e direcionados às crianças e adolescentes negros.

⁸ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Departamento de Fundamentos. Doutora em Serviço Social. Email: v.saraiva@ess.ufrj

⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduanda da Escola de Serviço Social. Email: moniquematias@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Criança e Adolescente; Capitalismo; Racismo.

Abstract: This article seeks to analyze the impacts generated by the racist capitalist offensive on the protective policy directed at children and adolescents in Brazil. Our hypothesis is that the rights based on the Doctrine of Integral Protection are effectively compromised, because within the framework of capitalism, the self-preservation of the system, the search for high rates of profitability, the expropriation of rights and everyday racism are a natural law. We adopted as a methodology the bibliographic review and data available on official websites. We showed that not breaking with the practice of violating rights, maintaining a growing and permanent rate of children and adolescents in institutional shelter, blaming families for pauperism, offering minimalist social policies, keeping these children in institutional spaces despite the Doctrine of Integral Protection and the Statute of the Child and Adolescent being in full effect, they are constant and directed towards black children and adolescents.

Keywords: Child and Adolescent Statute; Child and teenager; Capitalism; Racism.

1. INTRODUÇÃO

A política social direcionada à infância no Brasil se modificou drasticamente com o advento da Doutrina da Proteção Integral inaugurada com a regulamentação do artigo 227 da norma constitucional de 1988 e reforçada com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA - lei 8069/90). Essa doutrina está na contramão das ações realizadas na Era da Menoridade e da Doutrina da Situação Irregular. Um período marcado pelas ações centralizadas na figura do Juiz de Menores, pautadas nos Códigos de Menores (1927 e 1979) normas de cunho preconceituoso, moralizador, racista e atravessadas por uma lógica de violação de direitos.

Maior expressão dessa política foram os recolhimentos massivos direcionada às crianças e aos adolescentes pobres e negros chamados de “menores” e os processos ilegais de adoção à brasileira naquele período. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004) ocorreram 53 mil recolhimentos somente na cidade do Rio de Janeiro

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

entre as décadas de 1960 e 1970. No caso da adoção, aqui se conformou a adoção à brasileira caracterizada pelo registro ilegal de uma criança ou adolescente sem as cautelas judiciais impostas pelo Estado. Essas adoções se apresentam hoje por mediação e denúncias de imposição de trabalho análogo a escravidão, sobretudo, de meninas, hoje mulheres idosas negras. A condição econômica das famílias mais empobrecidas e a raça é um marcador importante e que deve ser considerado nesse processo.

Além disso, é necessário ressaltar que apesar do avanço legal normativo, com a instauração da Proteção Integral na segunda metade da década de 1980, o ranço violador do Estado e seus agentes ainda permanece, se aliando a desigualdade social, as assimetrias de gênero e ao racismo, sendo executado majoritariamente pelo Estado. Queremos ressaltar que somente a regulamentação do ECA, de forma isolada, não significa a superação das desigualdades sociais, bem como tem o poder de reconfigurar a situação de todas as crianças e adolescentes no Brasil, pois as relações sociais ainda se reproduzem nos marcos do capitalismo.

Há também, nessa dinâmica, outra face desse processo violador representada pela disputa pelo fundo público direcionado à infância no Brasil. A constituição do fundo especial ou dos Direitos da Criança e do Adolescente foi regulamentado pelo art. 88 inciso IV, da Lei nº 8.069/90- ECA colocando a política em outro patamar: organizando serviços, determinando ações e prioridades, sendo por isso mecanismo primordial para o funcionamento da política. Tem como fonte de receitas um leque variado de fontes de financiamento e por ofertar serviços variados em todo o Brasil tem uma quantidade significativa de recursos destinados a essa política.

No capitalismo, o fundo público se coloca como mecanismo regulador ou como pressuposto do financiamento da acumulação de capital e, ao mesmo tempo, da força de trabalho por meio dos gastos sociais. Nesse sentido, deve ser absorvido para atender as demandas do capital. Logo, podemos inferir que as relações sociais e raciais nesses marcos acabam impactando no planejamento, elaboração, avaliação,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

monitoramento e execução de políticas sociais que são ofertadas no âmbito estatal, incluídas, as que são direcionadas à infância e à adolescência, majoritariamente negra no Brasil. Em outros termos podemos afirmar que o fundo público é mediação importante contra a queda tendencial das taxas de lucro no capitalismo e por isso é expropriado, impactando severamente sobre a população negra (BHERING; 2021).

Com isso, a defesa e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes resguardados pela Doutrina da Proteção Integral estão comprometidos, haja vista a disputa e expropriação desses recursos ocorrerem de forma contínua. O capitalismo conta com o Estado como grande e estratégico defensor desse modelo produtivo e facilitador dessa dinâmica expropriadora. Esse possui grande capilaridade junto da classe trabalhadora por ter disseminado a ideia de ser um “defensor” e representante dos interesses gerais / coletivos conseguindo escamotear sua verdadeira face. O Estado é um aliado importante na busca por altas taxas de lucratividade, (auto) preservação do sistema, pela busca de novos e diferentes nichos de lucratividade (caso do fundo público), assim como operador da repartição desses recursos expropriados da classe trabalhadora em favor das classes hegemônicas (BHERING, 2021).

O resultado desse processo é a conformação de uma violência institucionalizada / programada / racista e a expropriação contínua e naturalizada de direitos com auxílio do Estado. Expropriação essa que impacta de forma mais incisiva sobre negros, pobres, mulheres e suas crianças, tendo em vista as marcas históricas do racismo estrutural e as desigualdades sociais provocadas por esse sistema. Tais marcas foram potencializadas a partir da disseminação do mito da democracia racial, o qual escamoteia que a Abolição não significou a real libertação dos escravos, tampouco a inserção desse segmento na sociedade de classes, os mantendo assim em situação de subalternidade, alijados dos direitos até os dias de hoje (CHAUÍ, 2000). Desvelar essa dinâmica é o objetivo dessa proposta de estudo, a qual será realizada a partir da perspectiva interseccional de Collins e Bilge (2022).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2. LUGAR DAS INFÂNCIAS NEGRAS NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

A particularidade da formação socio histórica brasileira forjada a partir de bases do racismo, patriarcado e dependência econômica em relação a países capitalistas centrais, impõe uma dinâmica singular para os sujeitos brasileiros, em especial, mulheres, negros, pobres e também as crianças e adolescentes. Isso porque, embora o escravismo, o e colonialismo, tenham se findado com a Abolição do escravismo em 1888, o racismo está introjetado no âmbito da reprodução social da vida e se coloca como determinante das condições de vida da população, tendo em vista que o racismo é uma relação social. Verifica-se aqui a perpetuação de subalternidade e imposição de sofrimento em diferentes campos da vida, os quais foram gestados ainda no período do escravismo. Na atualidade ele é percebido na destituição de direitos da população negra e também de crianças e adolescentes.

No caso de crianças e adolescentes negros, há um abandono após o período da Abolição do escravismo e a consequente produção histórica de um não lugar desse segmento. O abandono, a carência, o menor abandonado e o delinquente são produto do racismo estrutural. Essas nomenclaturas serviam para rotular crianças e adolescentes pobres, periféricos e negros, os quais estavam em situação de vulnerabilidade produzida por esta ordem social capitalista, racista e também sexista, já que a punição de mulheres é condição *sine quo non* nesta ordem social.

Como desdobramento da barbárie social racializada, conforma-se um distanciamento das crianças e adolescentes negros dos direitos de cidadania que se institucionalizam a partir da imposição do Estado brasileiro; ou o acesso via política social draconiana, punitivista. A oferta de assistência via trabalho a ser realizados nas fazendas-escola, a normatização de comportamentos e disciplinamento da vida, a exemplo do que ocorria com crianças na Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) são exemplos taxativos como o filme Menino 23 nos mostrou. Até

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

identidade lhes foi roubado, fato que não ocorre com qualquer criança, mas com a infância e adolescência negra. Não é por coincidência que retomamos as ações violadoras de direitos que ocorriam no período escravista para retratar a situação hoje da infância negra. O fato de perceber esse segmento de forma indiferenciada, revela muito sobre o racismo no Brasil, já que este ocorre de forma velada, negando inclusive sua existência (GONZALES, 2018), mas simultaneamente sendo percebido via de regra por violência, discriminação e negação de direitos.

De forma mais explicativa, ao analisarmos a situação e crianças e adolescente negros no Brasil, verificamos que a forma de mediação da pobreza de famílias negras é a internação compulsória dos seus filhos em “abrigos” especializados em cuidar dos desvalidos, carentes, vulneráveis. Contudo, nesses espaços cristalizou-se práticas de violência física, moral, psicológica, bem como a exploração do trabalho conforme revela Saraiva (2019) em seus estudos. Ou seja, não há respeito as etapas de desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes negros. A desumanização e objetificação da população negra é visível, não poupa a infância negra e possui também interconexão com a estrutura social racializada. Precisa ser rompido, porém requer em primeiro lugar ser reconhecido, identificado e não naturalizado.

Outro aspecto importante salientado por Eurico (2020) é compreender que o racismo na infância é uma realidade, embora seja percebida como um lugar sacralizado e por isso não problematizado. Assim, como pensar em racismo contra crianças e adolescentes, já que estes, são percebidos pelo senso comum, como inocentes e desprotegidos? Por isso, tratamos da perspectiva de infâncias, porque partimos do pressuposto de que há uma distinção nas abordagens, tratamentos e mecanismos de assistência por parte do Estado e seus agentes como mostra os dados da realidade.

O racismo institucional é elemento norteador dessas ações “distintas” a depender do perfil racial que as crianças apresentam. Este é definido como conjunto

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de ações, práticas e valores que são reproduzidos no processo de elaboração das políticas sociais, no momento da oferta dos serviços e na relação direta com o público que busca assistência no âmbito das instituições e órgãos públicos. É produto do racismo estrutural, aquele que integrou o processo de construção do Brasil e que tem a capacidade de se recolocar atualmente e de forma sistemática e contínua.

Eurico (2020) ao retratar a realidade atual de crianças e adolescentes negros nos abrigos da cidade de São Paulo, revela como o racismo institucional é perceptível e que a discriminação e a indiferença fazem parte do cotidiano dessas crianças, ao passo que a situação é totalmente distinta quando tratamos das crianças brancas, as quais são acolhidas, recebem afago, carinho. Ele, o menino malandro [...], ela, uma boneca, um bombonzinho” (p.123), “ele debatia muito, ele era um criança muito difícil de lidar” (p. 126), “por ele ser negro e porque ele era um lixo” (p. 127) contra falas que exaltavam e elogiavam crianças e adolescentes brancos: “era bonito, cabelos lisos, loiro” (p. 125).

Analisar essas determinações de forma profunda somente é possível a partir da incorporação da interseccionalidade em nossas análises. É um mecanismo avaliativo / analítico constituído por mulheres negras em perspectiva crítica. É produto de uma outra realidade que é americana, onde o racismo se colocou de forma não velada como ocorreu aqui. E isso demandou uma organização e institucionalização do que denominamos como pensamento feminista negro americano diante da barbárie social – enforcamentos em praça pública, a constituição do homem negro com o suposto estuprador, regime separatista em toda estrutura social; banheiros, não acesos a escolas, negação de trabalho protegido e digno, a esterilização massiva de mulheres negras conforme observamos na obra de Hooks, 1992.

Assim, a interseccionalidade oferece a possibilidade de observação crítica sobre uma dada realidade e o lugar social dos sujeitos nesse espaço, assim, os atravessamentos, as sobredeterminação que impactam na vida dos sujeitos são

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



considerados, problematizados, aprofundados na produção de conhecimento e abordagem na realidade (COLLINS; BILGE, 2020 ; CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

É a partir dessa perspectiva que conseguimos perceber que criança adolescente é essa, qual é o seu contexto familiar e comunitário, como essa criança adolescente é identificado pelo senso comum, qual é o lugar social que este ocupa na sociedade e como esses atravessamentos impactam em sua trajetória e no seu futuro. Essa costura, permite construir possibilidades de mudança da realidade, de rompimento com lógicas racializadas e de identificação do racismo em suas distintas performances.

Essas análises são fundamentais para o atendimento acolhedor, respeitoso e que efetivamente oferte direitos para a população negra, em especial as crianças e adolescentes, que historicamente foram desassistidos em diversos campos: educação, acesso à moradia, convivência familiar e comunitária tal como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei de maior magnitude no campo protetivo de crianças (BRASIL, 1990).

Em se tratando da materialidade do ECA em meio a conjectura racializada, como é o caso do Brasil, é tratar de desafios, mas também de possibilidades. No caso dos desafios, é ressaltar que embora a lei 8069 de 1990, tem se configurado como importante avanço normativo jurídico no campo da infância e adolescência, pois demarca o abandono da Doutrina da Situação Irregular, a concentração das decisões na figura do juiz de direito, instauração de uma política protetiva de base territorial, sobretudo, se pensarmos nos conselhos tutelares; o ECA não consegue

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



problematizar e incorporar as necessidades das crianças e adolescentes negros no que diz respeito ao convívio em família e comunitário e o tratamento da questão racial de forma mais ampla, já que os abrigos e os espaços socioeducativos estão majoritariamente ocupados por crianças e adolescentes negros respectivamente. É recente a incorporação do artigo 197, via lei 12.010 de 2009, no ECA que trata da priorização de reintegração e adoção de crianças negras em espaço familiar.

VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, **especificamente inter-racial**, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009 e pela Lei 13.509 de 2017) Vigência (BRASIL, 2009; 2017).

Podemos observar que a priorização está posta via estímulo adoção inter-racial, porém não aborda de que maneira isso vai ocorrer, quais estratégias devem ser impostas nos espaços institucionais para se romper com o racismo presente nas escolhas de adotantes, na dificuldade de retorno para o ambiente familiar e na permanência das crianças negras nos abrigos. Assim, como não fica evidente algo que antecede essa discussão, a qual versa sobre o trabalho com famílias negras na rede de serviços que integram o sistema protetivo como um todo.

Se cruzarmos os dados entre a institucionalização de crianças negras e os motivos para o acolhimento fica evidente que é a ausência do Estado racista (VERGÈS, 2020) que provoca essa institucionalização. Dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro, de 2023, ressaltam a negligência, o abandono, os abusos físicos ou psicológicos, a situação de rua e o abuso sexual / suspeita como os cinco maiores motivadores do acolhimentos de crianças e adolescentes no estado, sendo que 77% são crianças e adolescentes da raça / cor negra. Quando buscamos informações sobre o retorno desses às famílias, constatamos que a reintegração mal sucedida

PROMOÇÃO



APOIO



(0,88%), a devolução (0,48%) e a adoção mal sucedida (2,24%) é uma realidade cruel (MCA, 2023). Cabe destaque ainda o fato de que

são cada vez mais conhecidas situações de disputas judiciais envolvendo risco de perda da guarda de crianças e adolescentes, cujos responsáveis, em sua maioria mulheres, são praticantes da umbanda ou candomblé (CRESSRJ, 2023, p. 9).

Fica claro aqui que o demarcador racial é um elemento a ser considerado nessa dinâmica, pois revela a realidade do não direito, do não acesso, da discriminação e da determinação do que pode ou não ocorrer na vida dessas crianças e adolescentes, bem como das famílias de origem. Fica evidente aqui que a institucionalização não é opção, não é medida excepcional; mas uma norma de caráter punitivo quando pensamos em famílias negras, que historicamente se reinventam para se manter unidos aos seus filhos.

3. CONCLUSÃO

O racismo tem se revelado como elemento mediador / controlador da vida dos sujeitos negros. No caso de crianças e adolescentes negros, verificamos que a norma de desumanizar não é furtada a esse segmento.

O Estado racista brasileiro, possui papel fundamental na (re)produção dessa lógica de penalização, subalternização e na produção de grupos familiares negligentes, grupos esses que são formados por famílias negras, em especial mulheres negras.

Compreender essa dinâmica, nos faz retomar as elaborações de Werneck (2016) que trata da violência de Estado que é programada e alinhada aos interesses do capital. Malcolm X afirma que não há capitalismo sem racismo, ou seja, sem a violência e exploração naturalizada contra a população negra.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em contrapartida, o Estado gerencia as vulnerabilidades, provocadas por esta ordem social, dessas famílias com políticas minimalistas, familistas, focalizadas, altamente seletivas e /ou políticas que remetem ao punitivismo como a institucionalização de crianças e adolescentes seja nos abrigos ou nos espaços socioeducativos.

As dificuldades das famílias são reconfiguradas em dinâmicas individuais e familiares e a moralização da questão social, reforça a culpabilização das famílias, com claros objetivos de esvaziar a discussão de que essa responsabilidade é estatal e tem por base as relações mercantis, impregnadas de valores e práticas racistas.

Como Assistentes Sociais, é um dever se apropriar desse debate, bem como revelar a essência do fenômeno a fim de evitar / frear os níveis de exclusão, discriminação e conseqüentemente a negação de direitos, expropriação e violência institucionalizada, as quais convivem e convergem com a proposta protetiva contida no ECA. E isso se coloca como fundamental, pois o fetiche da existência de um Estado protetor acaba negando o fato de que este é o maior produtor dessas violências e do racismo institucional em apoio ao capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei 12. 010**. Brasília, 2009.

BHERING, E. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo, Cortez, 2021.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 18 junho, 2023.

CRESSRJ. **Termo de orientação: exercício profissional antirracista**. 1º Ed. 2023.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



EURICO, M. C. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural da Amefricanidade**. In: Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman: black woman and feminism**. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 18 junho, 2023.

MPRJ. **30º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: https://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/censo_do_estado.pdf. Acesso em: 18 junho, 2023.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SARAIVA, V. C. S. Abrigo, prisão ou proteção? violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados. **Argumentum**, v. 11, n.2, p. 76–92, agosto/2019.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>. Acesso em: 18 junho, 2023.

Filmografia

MENINO 23: Infâncias perdidas no Brasil. Direção: Belisario Franca. São Paulo: Globo filmes, 2016 (79 min.).

BREVES REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DOS HOMENS NEGROS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCSDaniel de Souza Campos¹⁰

RESUMO

Ao preconizar a família como núcleo central na operacionalização da Política Nacional de Assistência Social atribui-se à mulher-mãe a responsabilidade tradicional pelo cuidado pelo cumprimento dos critérios dos programas sociais. Pouco tem sido feito para superar o esvaziamento da presença masculina nos serviços da rede socioassistencial. O objetivo deste trabalho é analisar as experiências de participação dos homens negros como referência familiar no Programa Bolsa Família. Realizou-se um estudo de abordagem qualitativa, com a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado com nove homens atendidos pelos Centros de Referência da Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Pode-se identificar práticas profissionais que reificaram o lugar dos homens negros como não confiáveis e que não sabem gerenciar o recurso oferecido pelo programa em prol da satisfação familiar. Assim, pensar os homens negros como sujeito de direitos constitui um desafio, sendo estratégico enfrentar a sua (in)visibilidade no acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: Masculinidades negras. Proteção Social. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

By advocating the family as the central nucleus in the implementation of the National Social Assistance Policy, the woman-mother is attributed the traditional responsibility for caring for the fulfillment of the criteria of the social programs. Little has been done to overcome the emptying of the male presence in the socio-assistance network services. The objective of this work is to analyze the experiences of participation of black men as a family reference in the Bolsa Família Program. A qualitative approach study was carried out, with the application of a semi-structured interview script with nine men assisted by the Social Assistance Reference Centers in the city of Rio de Janeiro. One can identify professional practices that reified the place of black men as unreliable and who do not know how to manage the resource offered by the program in favor of family satisfaction. Thus, thinking of black men as subjects with rights is a challenge, and it is strategic to face their (in)visibility in accessing social rights.

Keywords: Black masculinities. Social protection. Bolsa Família Program.

¹⁰ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor; d.campos@ess.ufrj.br

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

A proposta imbuída nesta discussão resulta da tese de doutorado intitulada “O não lugar dos homens nas ações do Programa Bolsa Família: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro¹¹”. Que tinha por objetivo analisar as experiências de participação dos homens como referência familiar (RF) no Programa Bolsa Família (PBF), na perspectiva dos homens beneficiários e dos profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município do Rio de Janeiro.

O PBF¹² foi criado em 2003, com o objetivo de unificar programas federais de transferência condicionada de renda como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Vale Gás, completando em 2021 dezoito anos de existência. De acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o PBF tem como objetivos a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e o combate à pobreza.

Para abrir essa discussão, recorro as palavras de uma entrevista da pesquisa “Ah, porra, é homem. Podia catar alguma coisa pra fazer, entendeu?”. Justifica-se, pois, a escolha deste trecho, considerando que o uso de uma expressão de baixo

¹¹ Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAMPOS, 2020).

¹² É importante chamar a atenção para o fato de que o encerramento do PBF foi anunciado no contexto da pandemia da Covid-19, com a publicação da Medida Provisória 1.061 de 9 de agosto (BRASIL, 2021), que institui o “Programa Auxílio Brasil”. Após meses de idas e vindas, tentativas de trocas de nomes, propostas de rearranjo do programa lançadas na imprensa e negociações em torno de valores que pareciam não ter lastro na realidade, assistimos agora, mais uma passada da boiada, viabilizando reforma conservadoras no campo dos programas sociais que, na prática, encerra a partir de novembro de 2021, após 18 anos de existência, um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do país.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

calão pode ter ocorrido pela necessidade de expressar indignação com a inserção masculina no Programa, dado que, esse foi o único momento da entrevista que tal termo foi acionado.

Nesse sentido, falar sobre as experiências de participação masculina no PBF é romper, antes de tudo, com às concepções hegemônicas do que é ser homem, isto é, ter um emprego, uma fonte de renda que garanta o seu sustento e da sua família. Ou seja, ser o provedor acima de tudo. Em um mundo orientado pela lógica do consumo, regido pelo desejo socialmente expandido pela aquisição, essa “obrigação” masculina de trabalhar ou ganhar dinheiro torna-se fundamental para a formação de sua identidade social. Paralelamente, o que acontece com a subjetividade dos homens quando não conseguem satisfazer essas expectativas e encontrar empregos adequados? Para aqueles que vivem em família chefiadas por mulheres, a pressão para encontrar trabalho, a fim de compensar a falta de renda de um pai ou homem – provedor – pode ser ainda maior. Como esses homens se sentem ao receber um recurso financeiro do Estado? Como veremos mais a frente, essas são questões ainda (in)visibilizadas nas ações da proteção social via estado, sobretudo no acompanhamento dos homens com a titularidade do benefício.

Junto a esses questionamentos, partilho da ideia de que os homens, mesmo apresentando condições adversas de vulnerabilidade social, não são considerados público alvo das ações da proteção social via estado. Nesse contexto, Connell, (2016, p. 98) faz um importante questionamento: “*eles [os homens] estão dispostos a abrir as portas?*”. Visto que, de acordo com a autora, as masculinidades são também lugares de privilégios que fazem com que a maioria dos homens recebem dividendos patriarcais.

Considerando o questionamento levantado pela autora, acrescento as seguintes indagações: as instituições da assistência social estão dispostas a envolverem os homens nas ações da proteção social? qual tem sido o lugar dos homens no sistema de proteção social via estado? Nesse contexto, não posso deixar de racializar o debate. A racialidade será aqui compreendida como a noção relacional

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



proposta por Carneiro (2005). Ela corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Logo, identificamos que ser branco e ser negro são polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos pólos das racialidades.

É a partir dessa perspectiva racializada, que reformulo as indagações anteriormente feitas: qual seria o lugar do homem negro na proteção social via estado? Seria adequado alocá-los no grupo dos homens privilegiados? Contrariando o que está posto, a perspectiva da interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas entre raça, classe e gênero e perceber porque os homens negros adultos pouco aparecem nas ações da proteção social básica. As palavras do professor Mbembe (2018) nos ajudam a compreender os significados das masculinidades negra como lugar de privilégio subordinado:

“Para que o negro seja visto e para que seja identificado como tal, é preciso que, de antemão, um véu tenha sido colocado sobre seu rosto e que isso tenha produzido um rosto de onde fugiu qualquer traço de humanidade. Sem esse véu, não há negro. o negro é uma sombra no meio de um comércio de olhares. esse comércio tem uma dimensão tenebrosa, quase fúnebre, tamanho é o grau de elisão e cegueira que exige para o seu funcionamento ... com efeito, o poder-ver racial se exprime inicialmente no fato de que aquele que escolhemos não ver nem ouvir não pode existir nem falar por si só. no limite, é preciso calá-lo” (MBEMBE, p.199 e 199, 2018).

Para além disso, a partir estudos que venho realizando, acredito que ser negro, pobre e homem são fatores decisivos que influenciam para o não aparecimento desse sujeito no campo da proteção social. Entender o legado do sistema da escravatura no Brasil, como constituinte do atual projeto de eliminação física e simbólica da população negra pode se revelar importante meio para se compreender as iniquidades quando estamos falando dos homens negros na diáspora.

A taxa de homicídios de homens negros no Brasil é assustadoramente alta e desproporcional em relação a população branca, e continua crescendo. Trata-se de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



um projeto genocida em curso, não como uma ação pontual e recente, mas sim como parte de um aniquilamento histórico que ganha novos contornos a partir do controle punitivo cada vez mais forte sobre os corpos negros. Com a intervenção federal militar no Rio de Janeiro em 2018, há a legitimação e o reforço dessa violência letal por parte dos agentes do Estado, o que reflete o difícil momento histórico que o país atravessa, de avanço de forças autoritárias e antidemocráticas.

Para bell hooks, posicionamentos radicais que localizam homens negros, pobres e pouco-escolarizados no mesmo lugar que homens brancos de classe média e ricos, definindo-os do mesmo modo como os “inimigos”, os “opressores” e os “misóginos” silenciam sobre o lugar social quase similar que suas defensoras ocupam, muitas vezes, ao lado dos segundos (hooks, 2019 p. 69).

De tal modo, podemos argumentar que é a marcação de raça que garantirá aos homens brancos seguridade social, pois estes tiveram emprego formal, e a marcação da classe irá mantê-los como patrões. No pensamento de bell hooks (2019), identificamos que as representações da imagem do homem negro como preguiçoso e vagabundo ganharam força no século XIX e no começo do XX. Segundo a autora, os homens negros eram frequentemente retratados como figuras caricatas interessadas apenas em beber e se divertir. Tais estereótipos são uma forma eficiente de os brancos racistas apagarem da consciência pública a importância do trabalho do homem negro. Estereótipos evocados ainda hoje.

Dessa maneira, descortinar o lugar de privilégio (de gênero) quando estamos falando dos homens negros tem se configurado como um desafio, sendo necessário enfrentar sua (in)visibilidade e questionar as estruturas que insistem em aprisionar, exterminar e (in)visibilizar esses corpos considerados inferiores e desumanizados.

Nessa direção, perceber os homens negros como sujeitos de direitos, não implica o desconhecimento e a negação das assimetrias entre homens e mulheres negros no contexto social brasileiro, mas apostar na pluralidade do ser homem negro, na promoção da equidade e igualdade de gênero e na direção de um mundo mais justo e democrático, que ao meu ver, em relação aos homens negros inexistente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A branquitude de um modo geral, insiste em manter o projeto de desvalorização física e simbólica do homem negro como ser humano. O homem negro é considerado sem valor, indigno, e portanto, passível de ser prejudicado ou explorado. Como os meninos tornam-se homens negros? Historicamente, creio que eles estejam fixados em condições sociais muito desfavoráveis conforme apontam o conjunto dos indicadores sociais brasileiros. É flagrante observar as afirmações de Santos (2019):

Apensar de sermos muitos e, portanto diversos, somos vistos e sistematicamente retratados de maneira homogênea pelos meios de comunicação [...] tem sinônimo de violento, de ladrão, de marginal, de traficante. Somos vistos como perigosos, feios, que aguentam trabalhos pesados, que abandonam os filhos. Por outro lado, os homens brancos são construídos de maneira contrária, são vistos como empreendedores, belos, responsáveis, corajosos, fraternos e simpáticos (SANTOS, S/P, 2019).

Esse emaranhado de representações revelam o *modus operandi* do racismo no Brasil. Racismo é um instrumento de poder que estrutura todas as relações sociais (SANTOS, 2019). Nesse sentido, reconstruir esse lugar extremamente negativo sobre os homens negros, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-os pelas violências que sofrem e não os reconhecem como sujeitos de direitos é um trabalho que se faz urgente.

2 O CENÁRIO DAS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS NEGROS NO PBF

Para refletir sobre as experiências de participação dos homens negros como RF no PBF na perspectiva dos homens beneficiários atendidos pelos CRAS de uma Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos do município do Rio de Janeiro, realizamos uma pesquisa qualitativa, tomando como estratégia central do trabalho o estudo de caso.

A escolha do município do Rio de Janeiro para a realização da pesquisa de campo se deu por três motivos: o município mais populoso do estado (6.320.446), o

PROMOÇÃO



APOIO





segundo mais populoso do país, e a alta incidência de beneficiários do PBF (230.672) (IBGE Cidade e SAGI-MCid, 2020).

O *lócus* da pesquisa foram seis CRAS localizados em cenários distintos do município do Rio de Janeiro e que foram capazes de representar distintas situações demográficas, geográficas e de participação masculina com a titularidade do PBF. Os CRAS escolhidos atendem bairros (ou territórios) de grande densidade populacional. Segundo as informações do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro (SEBRAE, 2014), a densidade demográfica da região em que os CRAS estavam localizados é de 7.794 hab/km². Dessa forma, a escolha dessas instituições foi baseada na conveniência e na possibilidade de favorecer a localização de usuários do sexo masculino com a titularidade do PBF, haja vista o predomínio de usuárias e beneficiárias mulheres.

As entrevistas semiestruturadas¹³, baseadas em roteiros desenvolvidos a partir dos pressupostos teóricos que embasaram o estudo, foram realizadas com nove homens negros maiores de 18 anos com a titularidade do PBF.

Em relação à composição familiar dos entrevistados, sete homens eram solteiros e com filhos. Cinco residiam com os filhos menores de idade. Dois tinham o desejo de ser pai. Vale destacar que a maior parte morava em imóveis próprios. Entretanto, três moravam “de favor” na casa de familiares.

A despeito de nos seis cenários pesquisados residir o desafio de criar estratégias para promover a conquista do público masculino para as ações de acompanhamento do PBF, ainda prevalece a ideia de recrutar o homem para que ele faça apenas a atualização do Cadastro Único, indicando que o trabalho e a função de provedor são centrais para todos os homens. Como resultado, o público masculino não reconhece o CRAS como local de acolhida e proteção. Esse tipo de

¹³ O estudo atendeu integralmente às exigências éticas das Resoluções 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e 510/2016, que tratam das Diretrizes Éticas para Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. A partir disso, foi submetido à Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, que autorizou a entrada no campo e fez contatos com todos os seis CRAS informando sobre a pesquisa.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

posicionamento dá margem a duas perspectivas de análise: se por um lado, há uma priorização feminina para o recebimento do benefício, sobretudo porque atribui às mulheres o cumprimento das responsabilidades ligadas à função do cuidar; por outro lado, há uma reificação da noção do homem como irresponsável e uma desqualificação dos homens como sujeitos cuidadores. A noção da irresponsabilidade masculina frente à reprodução, ao cuidado com os filhos e filhas, ao cuidado com a família e com o trabalho doméstico têm sido objeto de análise por diferentes estudos como os de Arilha (1998), Barker e Aguayo (2012), Ávila e Ferreira (2014).

À luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (BRASIL, 2009), questionou-se porque o PBF não fazia nenhuma conexão com a saúde dos homens negros? Quais eram as estratégias desenvolvidas no âmbito do cumprimento das condicionalidades que não reforcem a ideia do cuidado como um atributo feminino e tarefa das mulheres e dos homens como um sujeito invulnerável? Essa invisibilidade não é por acaso e reflete o texto oficial da apostila do Sistema de Gestão das Condicionais de Saúde do PBF, disponibilizados pelo MDS e direcionado aos técnicos que trabalham no setor saúde. Ao abordarem as informações a serem registradas no mapa de acompanhamento, o documento destaca que:

Para as gestantes é fundamental preencher os campos: peso, estatura, situação gestacional (para a concessão do benefício variável à gestante – BVG), se está frequentando as consultas do pré-natal e a DUM [data da última menstruação]; Para as mulheres não gestantes é fundamental preencher o campo referente à situação gestacional (não gestante ou não pode ser gestante); Para as crianças é fundamental preencher os campos: peso, estatura, vacinação em dia e para crianças com menos de dois anos o tipo de aleitamento materno; **Para os homens (quando responsáveis pela família) preenchimento não obrigatório dos dados nutricionais** (BRASIL, 2016, p. 36, grifos nossos).

Além disso, o documento ainda deixa claro que só a partir de 2016 é que os dados sobre RF masculino foram incluídos nos mapas de acompanhamento da saúde. Entretanto, é preciso apontar a orientação ambígua que o texto apresenta, ao passo que reconhece a importância das informações sobre os dados nutricionais, mas reforça a orientação de não obrigatoriedade das informações sobre os RF masculinos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A partir da 1ª vigência de 2016 poderão ser registrados os dados nutricionais dos homens responsáveis familiares que estão nos mapas de acompanhamento. O registro de tal campo não é obrigatório. No entanto, reforça-se que, ao final da vigência, os dados nutricionais registrados no Sistema de Gestão do PBF na Saúde são migrados para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), no qual é possível emitir relatórios do estado nutricional das famílias beneficiárias. Assim, essa ação é de grande importância, pois subsidia o planejamento da atenção nutricional e das ações de promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável no SUS, contribuindo para a qualificação do cuidado na Atenção Básica (BRASIL, 2016, p. 46, grifos nossos).

A não obrigatoriedade de registro dados dos homens RF revela como a participação masculina no autocuidado é simultaneamente demandada e impedida. Quando se observa o grupo tradicionalmente priorizado nas ações do programa fica evidente que o modelo teórico de abordagem não é família e, sim o grupo composto por mulheres, crianças e adolescentes. A invisibilidade das necessidades de saúde dos homens adultos nas ações de acompanhamento do PBF reforça a manutenção dos papéis tradicionais de homens e mulheres nas famílias. Além disso, pode ser compreendida a partir da noção de invulnerabilidade masculina, de imunidade masculina ao adoecimento.

Nesse sentido, pode-se compreender o fato de um dos homens entrevistado, com 65 anos, viúvo, recebendo o BF desde 2015 e vivendo com HIV/AIDS desde 2013, nunca ter sido estimulado pelo CRAS a fazer acompanhamento da sua condição crônica de saúde. Bem como o outro entrevistado de 37, pai de um menino de oito anos, recebe o BF desde 2017, tem deficiência motora e relatou: *“eu nunca fui convidado para participar de nada na saúde. Nem quando eu levo meu filho pra tomar a vacina ou pesar. Só ele que faz essas coisas.”*

Todos os homens entrevistados relataram experiências ancoradas no medo, vergonha, constrangimento e humilhação quando comparecem ao CRAS para realizar o preenchimento do Cadastro Único e solicitar o PBF. Essas tensões também foram apontadas quando esses homens comparecem às casas lotéricas para realizarem o saque das parcelas do benefício.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse caminho, esses homens com a titularidade do PBF foram construindo estratégias para realizarem o saque das parcelas do benefício e quase nunca compartilham com amigos e familiares que são beneficiários do PBF. Nossas análises evidenciam que, no âmbito da proteção social básica, os homens negros são compreendidos, em geral, como dispositivo de dominação, e como “instrumentais” ou sujeitos desprovidos de necessidades de proteção social, quando não se encontram em situação de risco social aparente – ou seja, ocupam os lugares clássicos que os homens negros figuram: população em situação de rua e/ou usuários de substâncias psicoativas.

Destacamos que todos os entrevistados valorizaram a experiência de poder relatar sua experiência de participação no programa, desconectando-os da ideia de que eles são pouco implicados com as ações do PBF. Reivindicaram o direito de participarem das reuniões do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desde que essas reuniões incluam assuntos que possam envolvê-los, engendrando discussões acerca dos seus aspectos subjetivos, éticos, políticos e ideológicos como insumo para a transformação do trabalho social com famílias no âmbito das ações do PBF.

A partir das narrativas dos homens negros com a titularidade do PBF, pode-se dizer que os mesmos estão expostos ao racismo estrutural/institucional, desemprego, baixa escolaridade, doenças crônicas, precárias condições de moradia e ausência e/ou fragilidade de vínculos afetivos e de apoio. Todavia, em função da manutenção da sua “honra”, só procuraram o CRAS quando obtiveram um aval de outro homem sobre a possibilidade de receber o benefício, ou seja, encaram o benefício como algo temporário e por terem essa consciência, não reconhecem o PBF como um direito.

O silêncio sobre esses homens que se encontram em situação de vulnerabilidade social pode reforçar traços impostos pelo padrão cultural hegemônico que demarcam concepções referentes aos homens negros (não são confiáveis, não se responsabilizam pelo cuidado com a família e não sabem gerenciar o recurso oferecido pelo programa em prol da satisfação familiar).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com os CRAS e seus profissionais e os homens negros com a titularidade do PBF nos possibilitou interpretar a urgência de promoção de estratégias que reconheçam que o vínculo se constrói mediante o acionamento de mecanismos de sociabilidade e troca. Nesse caso, vale tanto oferecer um convite para participar das reuniões do PAIF, com respeito a autonomia dos usuários, quanto valorizar as experiências de vulnerabilidade social dos homens negros nas ações da proteção social básica. Tal questão precisa ser apontada aqui devido à relevância de dois movimentos paralelos que os dividendos patriarcais ocasionam para a proteção social dos homens.

Retomando as justificativas para o não atendimento dos homens nas ações do PAIF – os assuntos são femininos – eles não comparecem – quando vão não se sentem à vontade, a ocorrência de falas dos homens RF que apontam a ausência de convites para participação nas ações do PAIF e/ou demais atividades realizadas nos CRAS, parece indicar um caminho de (in)visibilidade naturalizado pelos profissionais no trabalho social das famílias com homens RF no PBF. Diante disto, alguns questionamentos podem ser formulados: como estes trabalhadores em suas ações cotidianas nos CRAS favorecem que os homens negros RF com a titularidade do PBF sejam minimamente contemplados? Há esta possibilidade? Quando os profissionais adotam esta compreensão do trabalho social com famílias de homens negros RF, que repercussões têm sobre suas práticas? E com que efeitos? Isto põe em debate a efetividade dos atendimentos realizados nos CRAS, uma vez que ele é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social.

Sendo assim, acreditamos que esta discussão trata-se, de um movimento de abertura, um convite. Ele inicia um caminho crítico e convoca-nos para analisar as vulnerabilidades dos homens. Assim, suas indagações e considerações são,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



portanto, incentivos para promover reflexão, compreensão e novos modos de fazer uma história viva feita por homens negros.

REFERÊNCIAS

ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Org.). **Homens e masculinidades**. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.

ÁVILA, Maria Betânia.; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

BARKER, Gary.; AGUAYO, Francisco. **Masculinidades y políticas de equidad de género**: reflexiones a partir de la encuesta IMAGES y una revisión de políticas en Brasil, Chile y México. Rio de Janeiro: Promundo, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 09 jan. 2004.

Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e

BRASIL. Estratégias. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2016.

BRASIL. **Medida Provisória 1.061 de 9 de agosto de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Brasília, 2021.

CAMPOS, Daniel de Souza. O não lugar dos homens nas ações do Programa Bolsa Família: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro. 241 p. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades e estados do Brasil. 2020.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>. Acesso em: 30 set. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. Orelha do livro. In: RESTIER, H.; SOUZA, R. M. S. (org.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro). **Painel regional: Rio de Janeiro e bairros.** Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO

